2.^a Repartição

(Cultos)

Decreto n.º 15:328

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos, ouvida a Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais, e nos termos do artigo 104.º da lei de 20 de Abril de 1911: hei por bem decretar que à Câmara Municipal do concelho de Lagos, distrito de Faro, seja cedida, a título definitivo, para instalação das escolas de ensino primário geral e do posto do registo civil da freguesia de Odeázere, o edificio da antiga residência paroquial da mesma freguesia e quintal anexo, mediante a indemnização pecuniária, para os efeitos do citado artigo 104.º da lei de 20 de Abril de 1911, de 2.500\$, que serão pagos à Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais, por intermédio da comissão sua delegada no concelho de Lagos, logo após a publicação deste decreto, que deverá ser anulado, sem direito a indemnização ou restituição à Câmara cessionária, se esta der aos bens cedidos aplicação diferente da aqui consignada, ou se as obras de adaptação desses bens não estiverem concluídas no prazo de dois anos, contados da publicação deste diploma de cedência.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 7 de Abril de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Manuel Rodrigues Júnior*.

Portaria n.º 5:304

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do decreto n.º 11:887, de 6 de Julho de 1926, que à corporação encarregada de promover e sustentar o culto católico na freguesia da Conceição, concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco, sejam cedidos os edificios da igreja paroquial e os das capelas de Santa Marinha e do Senhor Jesus, suas dependências, móveis, paramentos, alfaias, vasos sagrados e imagens, e a residência paroquial com o quintal anexo, bens estes oportunamente arrolados por efeito da lei de 20 de Abril de 1911, cuja entrega será feita pelas entidades a quem está actualmente confiada a sua guarda ou administração, com intervenção do administrador do concelho, observando-se o disposto na portaria n.º 1:244, de 4 de Março de 1918.

A corporação cultural declarará, no competente auto de entrega, que se responsabiliza pelas despesas anuais com a guarda, conservação, reparação e seguro, em nome do Estado, dos bens que recebe, ficando obrigada a apresentar no Ministério da Justiça e dos Cultos, com um duplicado do referido auto de entrega, no prazo de três meses, cópia da apólice do seguro dos bens, segundo a avaliação acordada entre a corporação e a junta de freguesia, para templos e objectos cultuais, e a câmara municipal, para o edificio da residência.

Esta entrega caducará caso se dê alguma das hipóteses previstas no § 2.º do artigo 11.º e no artigo 13.º do decreto n.º 11:887, ou se deixarem de ser cumpridas as obrigações aqui consignadas nos prazos marcados, que começam a decorrer desde a publicação deste diploma.

Paços do Governo da República, 4 de Abril de 1928.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *Manuel Rodrigues Júnior*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Para conhecimento de todas as Repartições se declara que as reduções a que se referem os artigos 5.º e 6.º do decreto-lei n.º 15:288, de 30 de Março de 1928, cujas importâncias têm de ser escrituradas em receita do Estado, deverão ser descritas nas fôlhas, relações de vencimentos, recibos e guias, da seguinte forma:

«Desconto nos termos dos artigos 5.º e 6.º do decreto n.º 15:288».

Outrossim se declara que o produto do mencionado desconto, bem como o do «Imposto de salvação pública», a que se refere o artigo 3.º do mesmo decreto, deverão ser descritos nas respectivas tabelas de receita do Estado respectivamente sob as rubricas «Desconto nos termos dos artigos 5.º e 6.º do decreto n.º 15:288» e «Imposto de salvação pública», no capítulo 9.º, Receita extraordinária.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, 4 de Abril de 1928.—O Director Geral, *António José Malheiro*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

2.^a Repartição.**Decreto n.º 15:329**

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, e tendo em vista o disposto no artigo 11.º do regulamento consular português, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros: hei por bem extinguir o Vice-Consulado de Portugal em Namur (Bélgica).

O Ministro dos Negócios Estrangeiros assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 7 de Abril de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral Militar

Decreto n.º 15:330

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, e sob proposta do Ministro das Colónias: hei por bem decretar que as disposições do decreto n.º 14:419, de 13 de Outubro de 1927, sejam aplicadas aos officiaes dos quadros coloniais e aos militares reformados das guarnições das colónias.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 7 de Abril de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Artur Ivens Ferraz*.

(Para ser publicado nos «Boletins Officiaes» de todas as colónias).